
LITERATURA E MEMÓRIA COMO FAROL PARA O LEITOR:
UMA ANÁLISE DE *AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS
PAIVA

LITERATURE AND MEMORY AS A BEACON TO THE READER: AN
ANALYSIS OF *AINDA ESTOU AQUI*, BY MARCELO RUBENS PAIVA

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira¹
Ricardo Magalhães Bulhões²
Vanessa Hagemeyer Burgo³

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância dos efeitos de sentido (ISER, 1996, 1999), que a maestria de Marcelo Rubens Paiva produz no manejo das potencialidades da língua em seu romance autobiográfico *Ainda estou aqui* (2015). Mais especificamente, almeja-se observar como Paiva (2015), pelo recurso ao discurso literário híbrido, pautado pelo figurativo, pelas emoções e metáforas, mas também pelo entremeio de documentos, testemunhos, entre outros gêneros textuais, consegue aproximar sua narrativa do leitor, promovendo revisões críticas da História. Constrói-se a hipótese, a partir do aporte teórico da Estética da Recepção (JAUSS, 1994; ISER, 1996, 1999), de que sua obra confronta o leitor contemporâneo, assegurando comunicabilidade.

Palavras-Chave: Ditadura militar; romance memorialístico; função social da literatura.

Abstract: This article aims to present a reflection on the importance of meaning effects (ISER, 1996, 1999) that Marcelo Rubens Paiva's mastery produces in the management of the potentialities of language in his autobiographical novel *Ainda estou aqui* (2015). We intend, more specifically, to observe how Paiva (2015), by using hybrid literary discourse, guided by figurative language, by emotions and metaphors, but also by interweaving documents, testimonies, among other textual genres, can bring his narrative closer to readers, encouraging critical reviews of history. Based on the theoretical framework of Aesthetic of Reception (JAUSS, 1994; ISER, 1996, 1999), we hypothesize that his work confronts the contemporary reader, ensuring communicability.

Keywords: Military dictatorship; memorial novel; social function of literature.

1 Professora da Universidade Estadual Paulista - Câmpus de Assis. E-mail: eliane@assis.unesp.br

2 Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: ricardoufms1@gmail.com

3 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: vanessahburgo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O romance memorialístico *Ainda estou aqui* (2015), do escritor paulistano Marcelo Rubens Paiva (1959-), ambienta seu enredo nos anos de chumbo da ditadura Civil-Militar (de 1964 a 1985). Trata-se de uma narrativa que, relacionada aos traumas de toda uma geração, denuncia o que Giorgio Agamben (2004, p.61) chamou de “estado de exceção”. Na visão desse filósofo italiano, o que está em voga nesse estado é uma força de lei que viola direitos humanos fundamentais. Esse romance de cunho autobiográfico (PAIVA, 2015) “traduz” posições afetivas, éticas e ideológicas de uma época turbulenta, marcada pela crueldade.

Em seu relato memorialístico, o narrador com 48 anos de idade, diante do adoecimento de sua mãe – Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva (1930-) –, causado pelo Alzheimer, reflete sobre a história de sua família, em especial, sobre a constituição identitária dessa progenitora que, mesmo em cenário adverso, reinventou-se e conduziu sua vida e profissão, como forma de resistência, sendo um “farol” na escuridão.

Justifica-se, então, que a narrativa se inicie na rua Turiaçu – “grande luz”, na língua tupi-guarani⁴ –, justamente em 2006 quando esse “farol” começa a se apagar e precisa de amparo legal. Por ironia, a advogada Eunice Paiva, como ficou conhecida no exercício de sua profissão, após determinação da justiça, é interdita, no ano seguinte, aos 77 anos, tornando-se responsável pela filha mais velha e do narrador, seu único filho.

Em movimento contrário ao da perda gradual de memória de sua mãe, esse narrador situa seu relato, como forma de resistência, ora no presente, ora no passado. Nesse processo, discorre, pelo recurso à função metalinguística, sobre a importância da memória como um movimento que permite entender, iluminar, a história silenciada, como a de sua família e de tantos outros perseguidos e vitimados pela ditadura: “A memória não é a capacidade de organizar e classificar recordações em arquivos. Não existem arquivos. [...]. Uma fogueira no alto ajudaria. Mas ela se apaga com o tempo. E não conseguimos navegar de volta para casa.” (PAIVA, 2015, p.26).

Nesse romance pós-moderno (PAIVA, 2015), o discurso do narrador cativa e envolve o leitor, pelo recurso à subversão de consensos, à linguagem próxima da oralidade e ao emprego da segunda pessoa do plural – “nós” –, a qual o inclui no relato. Também o impacta, pelo explicitar da ausência de sentido provocada por um sistema que submete os sujeitos a uma realidade brutal e fragmentada, pontuada de silenciamentos e ocultações. Esse impacto amplia-se, pelo recurso à linguagem literária que atua, na ausência de arquivos oficiais e diante do gradual esquecimento de sua mãe, como forma de resgate, permanência e denúncia social, sendo capaz de conciliar o contraditório, ou seja, de manter a “luz acesa” mesmo quando o “farol” começa a se apagar, o que explica o título deste artigo.

Essa luz indica que existem perguntas sem respostas, justamente, são estas que o narrador busca na tentativa de entender o que aconteceu com seu pai, o engenheiro civil e político Rubens Beyrodt Paiva (1929-), dado como desaparecido no auge da ditadura militar. Sua família, amparada pela Lei dos Desaparecidos (nº 9140), só obteve seu atestado de óbito em 23 de janeiro de 1996, vinte e cinco anos depois dele ter sido morto sob tortura em 1971,

4 <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/turia%C3%A7u/11124/>

depois de serem prestados depoimentos dos militares envolvidos no crime à Comissão Nacional da Verdade.

O romance de Paiva (2015) estrutura-se, então, como uma busca por sentido, por respostas que, segundo a Estética da Recepção (JAUSS, 1994, ISER, 1996, 1999), assegura a comunicação, pelo englobar de problemáticas diversas, as quais a história atualiza, mas sem esgotar, pois atendem aos interesses de leitores de diferentes épocas. Com um trabalho contínuo de avanços e recuos temporais, de retomadas de descrições e afirmações lacunares que mimetizam angústias existenciais jamais solucionadas, o narrador expõe o leitor a um relato que o confronta, pois não há respostas, somente “enigmas cada vez mais problemáticos de decifrar, e que portanto são necessárias novas respostas, e até uma nova maneira de responder” (MEYER, 2007, p.110).

Nesse sentido, objetiva-se neste capítulo apresentar uma reflexão acerca da importância dos efeitos de sentido (ISER, 1996, 1999), que a maestria do escritor produz no manejo das potencialidades da língua. Mais especificamente, almeja-se observar como Paiva (2015), pelo recurso ao discurso literário híbrido, pautado pelo figurativo, pelas emoções e metáforas, mas também pelo entremeio de documentos, testemunhos, entre outros gêneros textuais, consegue aproximar sua narrativa de seu leitor, promovendo revisões críticas da História.

Constrói-se a hipótese, a partir do aporte teórico da Estética da Recepção (JAUSS, 1994; ISER, 1996, 1999), de que uma obra tanto responde aos problemas de sua época, quanto os transcende, por meio da autocontextualização, quando apresenta uma resposta que não cessa de suscitar questões ao leitor contemporâneo e aos de gerações futuras. A retórica de uma obra reside justamente na relação entre sentido literal e figurado, que se desloca durante a leitura. Nesse processo, as respostas que um leitor confere a uma obra – a concretude – são provocadas pelo próprio texto que o confronta (ISER, 1999), assegurando comunicabilidade.

Desse modo, torna-se válido refletir neste artigo, se a obra de Paiva (2015) pode, pela consciência linguística que seu narrador demonstra – tanto no nível do conteúdo de sua enunciação, quanto no da expressão, no trabalho estilístico empreendido pelo autor –, atingir, mobilizar e, pela emoção, promover em seu leitor reflexão crítica.

EM BUSCA DE RESPOSTAS

Marcelo Rubens Paiva, em seu primeiro livro, *Feliz ano velho* (1982), constrói sua narrativa também com base em uma visão retrospectiva do passado. Para tanto, o autor rememora sua juventude em Campinas, incorporando no enredo questões ligadas à vida boêmia, suas vivências pessoais com o sexo e as drogas para remeter o leitor à história principal de fato: o dolorido processo de recuperação, após a paralisia, consequência do acidente ocorrido no dia 14 de dezembro de 1979.

Aos 20 anos de idade, o narrador-autor fratura uma vértebra ao pular de uma pedra em uma lagoa rasa. Paiva não esconde as consequências provocadas pela queda, no momento em que escreve, a paralisia repentina oferece matéria para uma autorreflexão. Como

bem lembra Philippe Lejeune, ao tratar da questão do pacto autobiográfico, “a autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala” (2008, p. 24). Para esse estudioso (2008), este é um critério inerente a todos os gêneros da literatura íntima, das narrativas do “eu”.

Em *Ainda estou aqui* (2015), outra narrativa do “eu”, seu narrador enfatiza constantemente o teor ilusório da memória, o que Jacques Le Goff, como historiador, disse: “aquilo que procuro lembrar e lembrar-me” (1989, p.177). Desse modo, revela-se na narrativa que a história da família brutalizada pela ditadura não se impõe somente na memória, mas determina a sua própria constituição identitária.

O trauma, a tensão e a suspensão da crença em um possível retorno do pai que, com o passar dos anos, evidentemente morre para cada um de seus filhos, é uma constante. Justamente, pela ausência de um corpo, esse pai permanece entre todos. Assim, desde as primeiras linhas, a questão identitária vem à tona, inclusive do próprio filho do narrador, revelando o poder da memória nesse processo, não da criança propriamente, mas do adulto que testemunha e registra sua história: “Meu filho não vai se lembrar de quando tinha um aninho e fazia questão de mostrar o umbigo a todos que viessem falar com ele. Só sossegava se também mostrássemos o nosso” (PAIVA, 2015, p.17).

Justamente, pela consciência da importância da memória, torna-se impactante e doloroso conviver com o adoecimento da mãe: “A memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida [...] Minha mãe, com Alzheimer não se lembra do que comeu no café da manhã” (PAIVA, 2015, p.18). A partir desta constatação, o narrador toma para si o papel de guardião, recordando ao leitor implícito que essa mulher, viúva aos 41 anos, atuou como “um ícone da ditadura, prova bem articulada que contestava a versão oficial. Minha mãe viva negava a mentira criada.” (p.192).

O romance, pelo intercalar temporal de passado e presente, e de fatos cotidianos e familiares aos documentados, aproxima gradualmente o leitor do cenário de horror da ditadura, revelando a opressão de uma vida marcada pela expectativa de um possível desfecho. Sua narrativa expõe a percepção do estado brasileiro sobre os supostos comunistas “indignos de viver”, cujas estratégias repressivas, como afirma Euridice Figueiredo, matava-os “como ratos” (2017, p.15).

O relato do narrador, em sua realização, subverte as concepções eufóricas da década de 1970, sustentadas por programas de televisão e resultados de campeonatos de futebol que afirmavam à grande parte da população que existia um Brasil grandioso, de celebridades que apareciam na revista *Manchete*. Assim, sua enunciação filia-se aos depoimentos dos exilados que, no exterior, relatavam torturas, recordando o desfile que a estilista Zuzu Angel, a mais famosa do Brasil, fez em Nova York, “com estampas em que havia denúncias contra a tortura e o desaparecimento de seu filho, Stuart Jones, de dupla nacionalidade” (PAIVA, 2015, p.150).

O contraste entre as duas visões sobre o cenário político e econômico do país evidencia-se na polaridade, de um lado a imagem grandiosa da nação, autorizada pelo sistema governamental; de outro, o ângulo escolhido por Paiva que retrata graves violações aos direitos humanos. Em sua construção ficcional, o romance promove uma perspectiva de outra

violência autorizada por esse sistema; a da ilusão, alienação, de grande parte da população. De modo geral, o leitor acompanha um narrador maduro que tenta se aproximar dos fatos de uma forma retrospectiva-reflexiva, que resvala constantemente em fatos, cujos limites entre a vida pública e a privada são tênues.

A organização textual, sobretudo nos dois primeiros capítulos, tem uma guinada subjetiva que afasta o relato do mero registro factual dos acontecimentos, daquele que foi um dos momentos mais repressivos da história do Brasil. O texto remete o leitor a três situações dramáticas básicas, entre elas, duas de cunho pessoal – o Alzheimer da mãe e o desaparecimento do pai –, e a terceira de esfera mais ampla, coletiva, refere-se à memória da ditadura militar brasileira.

Sobre esse período Jaime Ginzburg afirma que:

[...] em um país em que as heranças conservadoras são monumentais, e as dificuldades para esclarecer o passado são consolidadas e reforçadas, o papel de escritores, cineastas, músicos, artistas plásticos, atores e dançarinos pode corresponder a uma necessidade histórica. Enquanto instituições e arquivos ainda encerram mistérios fundamentais sobre o passado recente, o pensamento criativo pode procurar modos de mediar o contato da sociedade consigo mesma, trazendo consciência responsável a respeito do que ocorreu. (2007, p.44).

Desse modo, sua percepção sobre a função social da literatura coaduna-se com a do narrador, que assume o papel de guardião, farol que ilumina as verdades obscurecidas pela ausência de arquivos, documentos e pelas omissões.

O relato no romance, composto por três partes, cujas células dramáticas não estão diretamente interligadas e, por isto, podem ser lidas em qualquer ordem, assume, em alguns momentos, um estilo intencionalmente livre, cheio de digressões e fragmentos em zigue-zagues que refletem esquecimentos e lembranças. Essa estratégia mimetiza as lacunas históricas com as quais o narrador e sua família, em especial sua mãe, tiveram de conviver.

Uma cena significativa dessa denúncia pode ser notada quando Eunice Paiva é presa ao lado da filha mais velha, de apenas 15 anos de idade. A jovem é solta, mas a mãe fica retida por doze dias no DOI-Codi do Rio de Janeiro, “sem ter a menor ideia de por que fora presa nem de que o marido estava morto havia muito [...]” (PAIVA, 2015, p. 37). O aspecto mais relevante nesse relato, o qual conduz à reflexão é a compreensão de que o narrador elege tratar dos fatos, mas também expõe sua subjetividade para tratar do ilógico, tornando tênues as fronteiras entre factual e fictício.

Há na segunda parte do romance um capítulo intitulado “O telefone tocou” (PAIVA, 2015, p.115-128) que pode ser considerado como uma síntese desse ambiente social de extrema violência, encenada por meio de uma linguagem tensa, ambígua e dolorosa. Nas suas linhas iniciais, o leitor se depara com uma percepção traumática:

A voz de uma mulher pediu nosso endereço para entregar uma encomenda do Chile. Ele [o pai] não notou nada de anormal e deu. Meia hora depois, seis sujeitos armados em trajes civis cruzaram o quintal. Tensos, como se invadissem um

aparelho subversivo. Entraram pela porta dos fundos da casa de esquina. Cruzaram a cozinha, apontando metralhadoras para empregada, Maria José. Mandaram erguer as mãos. Calma, calminha... (PAIVA, 2015, p.115).

Encontram-se, nesse trecho, a denúncia da violência e o irracionalismo praticado pelos militares que não poupam nem as crianças, seus amigos e a empregada da família. Avulta por trás da situação a ironia melancólica, pela constatação da ingenuidade do pai, talvez, incrédulo quanto à violência que sobre ele recairia. A cruzeza e a crueldade afloram na memória do narrador que as reverbera no relato, sob a forma de denúncia do absurdo, da falta de sentido. Nesse ir e vir de lembranças, por meio de uma linguagem concisa e da mistura de vozes justapostas das personagens, o leitor se depara com a perplexidade da cena, em que a violência se manifesta de forma avassaladora.

O reconhecimento dessa perplexidade aparece logo em seguida, na voz de um narrador incrédulo, que esboça a tensão daquele momento crucial em sua vida:

Meus pais, ambos com quarenta e um anos, estavam lá, de maiô, prontos para ir à praia. A empregada entrou pálida. Disse para o meu pai que tinha uns homens querendo falar com ele. Ele saiu. Minha mãe continuou a ler o jornal. Ele voltou escoltado por dois militares com metralhadoras e disse: – Amorzinho, fica calma (PAIVA, 2015, p. 115).

O leitor se depara, então, com a encenação de um momento traumático que, para o narrador, jamais cessará: “O feriado de 20 de janeiro de 1971 é um dia que não tem fim. Demoramos para entender por que esse dia existiu e foi daquele jeito” (PAIVA, 2015, p.115). Esse fato determinou toda a história da família, sempre marcada pela incerteza, pela instabilidade, pelo constante risco, provocando um desconforto infundável. Em especial, nas décadas de 1970 e 1980, em que a ausência de explicações sobre o paradeiro do pai promove nas personagens a sensação de irrealidade.

Na própria cena da invasão pelos militares, prevalece a ausência de sentido:

Tomado o aparelho (telefone), fizeram perguntas, trocaram informações por rádio, até informaram que o levariam para prestar um depoimento. Coisa de rotina. Ele pediu para se trocar. Subiu com dois agentes. O resto da família ficou na sala. Ele se vestiu acompanhado pelos dois, colocou terno e gravata. Minha irmã Nalu chegou com Cristina, enteada de Sebastião Nery, também deputado cassado. Deram uma paradinha em casa, pois iriam à praia depois. Não entenderam o que acontecia. Nalu subiu e viu meu pai se vestindo, estranhou o figurino formal para um dia de sol e feriado. (PAIVA, 2015, p. 116).

Essa sensação manifesta nos discursos dos membros da família trunca a narrativa, confrontando o leitor com vozes que não entendem o que está acontecendo e com imagens fortes provenientes de um ambiente tenso. Na trama, prevalece a situação paradoxal, som-

bria, em que um narrador incrédulo observa e resgata, pelo discurso memorialístico, fragmentos de discursos enunciados naquele dia e nos posteriores.

Nesse processo, a tensão o acompanha, revelando a mudança repentina na tranquila atmosfera familiar para a “invasão” também do medo, da insegurança, com a consequente perda da presença do pai, a qual promove a instabilidade emocional, social e financeira em seus familiares. Nessa ambientação, cabe à mãe guiar a família em uma nova ordem. Para tanto, volta a viver na casa de seus pais com seus cinco filhos e reinventa-se, ao cursar a faculdade de Direito e exercer a advocacia como luta contra injustiças de toda ordem.

A composição de *Ainda estou aqui* (2015), marca-se pelo trauma vivido, mas também por aquilo que não consta em documentos, por isto recupera-se na narrativa as impressões de um “eu” que retrata em seu discurso a tensão inerente à prisão, a desorientação da família diante do inusitado e do comportamento indiferente e agressivo dos militares.

Como se pode notar, relatar o absurdo conduz a um efeito de mal-estar, que acompanha o narrador para a vida toda. Em seu resgate pela memória, esse telefone “ainda” toca. Conforme assinala Karl Erik Schollhammer, é preciso entender melhor, na prosa contemporânea, a exploração do recurso poético, observá-la “como produção performática dessa realidade, como procura de efeito de realidade que ultrapassa a ilusão referencial do realismo, introduzindo o real na escrita” (2009, p.80). Em outro texto que se aproxima da mesma questão, Schollhammer destaca que os contemporâneos se opõem ao realismo histórico que nutria a utopia de uma linguagem neutra e distanciada, “na qual o mundo visível pudesse se refletir sem distorção”, essa oposição advém do desejo de aproximação “da afetividade oral e tátil da percepção sensível, condensada na poeticidade opaca das palavras” (2012, p.143).

Em sua realização romanesca, Paiva (2015) resgata o “espaço social”, o contexto histórico e ideológico, posicionando-o ao lado do “espaço psicológico”, da “atmosfera” vivenciada e exposta na trama, por meio de “projeções sobre o entorno, de sensações, expectativas, vontades, afetos de personagens e narradores” (BRANDÃO, 2013, p.24). Na narrativa, o relato assume uma voz que trata dos eventos traumáticos ocorridos na década de setenta, contudo, sem distanciamento, pois a vivência funde-se à confiança no exercício estético. Assim, na trama, fatos históricos posicionam-se ao lado dos vivenciados, suscitando que a subjetividade do narrador se posicione entre ambos, em especial, em relação à violência de que ele e sua família, assim como os brasileiros foram vítimas.

Para Jaime Ginzburg, a violência causa traumáticos impactos tanto individuais como coletivos, suas consequências “alcançam danos em dor corporal, nas relações entre corpo e linguagem, no campo da memória e na capacidade de percepção” (2012, p.15). Justamente, esses elementos manifestam-se na obra de Paiva (2015), por meio da configuração de seu narrador e das demais personagens, como testemunhas que denunciam o que contextos autoritários têm por tradição omitir.

O traço marcante da ficção sob análise é a retomada de um fato histórico, o passado da ditadura no Brasil, tendo como artimanha ficcional a ambiguidade que escava o fato passado para questioná-lo. O autor aproxima fatos do chamado universo histórico do universo ficcional, os quais apontam para estratégias enunciativas do gênero autobiográfico. Para tanto, explora inclusive os paratextos da obra, expondo uma foto em preto e branco de seus pais no saguão de um aeroporto (PAIVA, 2015, p.7), seguida, em outra página, de uma dedi-

catória afetiva que manifesta em alcunhas carinhosas: “Para minhas irmãs Veroca, Eliana, Nalu e Babiu” (p.9). Além disso, fecha o livro com peças processuais que são elucidadas pela “nota do autor” (p.295).

A primeira dessas peças (PAIVA, 2015, p.265-283) é composta pelo texto praticamente na íntegra da denúncia feita pelo Ministério Público ao Judiciário para instauração de processo crime contra os militares que mataram sob tortura o pai do narrador. A segunda (p.285-293) retrata a decisão do juiz, enquanto representante do Judiciário, de receber e acatar a denúncia para que se instaure o processo crime. Fecham essas peças a nota em que se afirma:

O caso Rubens Paiva está longe terminar. Em 25 de setembro de 2014, o advogado Rodrigo Roca, que defende os militares acusados de homicídio e ocultação de cadáver do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, protocolou uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF), para que seja extinta a Ação Penal. (PAIVA, 2015, p.295)

Nessa nota, o narrador explica que o advogado alega ter prescrito o processo crime, pois a Lei da Anistia perdoou crimes cometidos por militares e guerrilheiros durante a ditadura. Esses paratextos conferem legitimação ao relato, mas também reforçam a tese central que sustenta o romance, de que o crime contra o pai do narrador não pode prescrever nos autos, nem na memória nacional, porque não atingiu um indivíduo de forma isolada, mas a um coletivo, composto por outros brasileiros injustiçados.

FECHANDO E ABRINDO AS CORTINAS

Pela leitura do romance *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, o leitor é convidado a lidar com um relato autobiográfico, contextualizado no período da ditadura, o qual se configura por meio de *flashes* retirados de angustiantes lembranças. Em um movimento de avanços e recuos temporais, quase sempre entrecortados de falas e relatos de personagens secundários, o passado aparece sempre aberto a novas especulações, na medida em que está fincado no tempo da memória.

Essa memória vacilante, permeada de lacunas, em especial da falta de sentido para os fatos vivenciados, resgata o essencial e comprova a tese do narrador de que não há prescrição de um processo crime, se este afetou de forma incontornável sujeitos, seus familiares, enfim, o coletivo, marcando inclusive a história de um país.

Como se pôde notar, o discurso do narrador tem potencialidades para cativar e envolver o leitor, pois assegura a comunicabilidade, mantendo-o atento ao relato na busca por respostas que, embora, sejam atualizadas pela história, não se esgotam. A maestria do escritor também cativa o leitor, pela mescla no relato entre o discurso ficcional e o documental. Nesse processo, avulta a função social do romance de Paiva (2015), de aproximar a narrativa de seu leitor, promovendo revisões críticas da História, nas quais tanto responde aos pro-

blemas de sua época, quanto os transcende, por apresentar uma resposta que não cessa de suscitar questões ao leitor contemporâneo e aos de gerações futuras.

Em síntese, a obra de Paiva (2015), pela consciência linguística demonstrada pelo seu narrador – tanto no nível do conteúdo, quanto no da expressão –, atinge, mobiliza e, pela emoção, promove em seu leitor reflexão crítica. Assim, atua como um persistente “farol” que, “ainda”, busca iluminar pontos obscuros da História, com a finalidade de um dia também assegurar a justiça.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRANDÃO, Luis Alberto. *Teorias do Espaço Literário*. São Paulo, Perspectiva; Belo Horizonte, Fapemig, 2013.

BRANDÃO, Luis A. B.; OLIVEIRA, Silvana P. de. *Sujeito, Tempo e Espaço Ficcionalis*: São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A Literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de Leitura da Narrativa. In: BONICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009, p.33-58.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar./mai. 2002.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012

GINZBURG, Jaime. Memória da Ditadura em Caio Fernando Abreu e Luís Fernando Veríssimo. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, v. 15, p. 43-54, dez. 2007.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1999. vol. 2.

_____. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996. vol. 1.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LE GOFF, Jacques. O desejo pela história. In: PIERRE, Nora. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 171-235.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MEYER, Michel. *A retórica*. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

SCHOLLAMMER, Karl Erik. *Ficção Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHOLLAMMER, Karl Erik. Do efeito ao afeto, os caminhos do realismo performático. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *Novos realismos*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p.133-145.